

Do texto "Educação em direitos humanos: desafios atuais", de Vera Maria Candau, extraímos, especialmente, o item Qual o horizonte de sentido da educação em Direitos Humanos?, que nos ajuda a refletir sobre suas dimensões e as estratégias metodológicas para desenvolvê-la. As considerações que o antecedem trazem elementos que reforçam a indispensabilidade da educação em Direitos Humanos, entre as quais a escolar. Fechamos este "recorte" do texto com um alerta importante, que nos convoca e compromete, enquanto integrantes do MEDH: é preciso disseminar a formação, inicial e continuada, de educadores/as em Direitos humanos.

Direitos Humanos na sala de aula

Educação em direitos humanos: desafios atuais (trechos selecionados)

O atual contexto internacional, certamente, não constitui um cenário propício à afirmação de uma cultura dos Direitos Humanos.

Globalização, políticas neoliberais, segurança global, essas são realidades que estão acentuando a exclusão, em suas diferentes formas e manifestações. No entanto, não afetam, igualmente, a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países e, dentro de cada país, às diferentes regiões e pessoas. São os considerados "diferentes", aqueles que, por suas características sociais e/ou étnicas, por serem pessoas com "necessidades especiais", por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado, os "perdedores", os "descartáveis", que vêem, a cada dia, negado o seu "direito a ter direitos" (Arendt, 1997).

Este é o nosso momento. Nele temos de buscar, no meio de tensões, contradições e conflito, caminhos de afirmação de uma cultura dos Direitos Humanos, que penetre todas as práticas sociais e seja capaz de favorecer processos de democratização, de articular a afirmação dos direitos fundamentais de cada pessoa e grupo sócio-cultural, de modo especial os direitos sociais e econômicos, com o reconhecimento dos direitos à diferença.

Certamente, a luta pelos Direitos Humanos no nosso país, e em toda América Latina, tem sido árdua nas últimas décadas. As violações se multiplicaram com especial dramaticidade. Muitas foram as vítimas e, em muitos casos, o resgate da memória, o reconhecimento dos crimes cometidos em nome do Estado e a superação da impunidade são ainda temas que não foram enfrentados com valentia e vontade política de fazer justiça.

No entanto, a partir dos anos de 1980, as organizações e movimentos de Direitos Humanos, sem deixarem de se dedicar à denúncia das violações realizadas e de promoverem ações orientadas à proteção e defesa dos direitos, ampliam seu horizonte de preocupações e seus espaços sociais de atuação. Junto aos problemas que podemos considerar tradicionais e básicos, relativos aos direitos civis e políticos, passam a ser enfatizadas questões relacionadas com os direitos sociais, econômicos e culturais, no nível pessoal e coletivo. A partir deste momento, adquirem especial relevância as atividades de promoção e educação em Direitos Humanos.

As experiências de educação em Direitos Humanos têm-se multiplicado ao longo de todo continente latino-americano. A partir das informações disponíveis, constatamos que a maior parte delas tem sido realizada em âmbitos de educação não formal, aspecto tradicionalmente privilegiado pela educação popular. No entanto, a preocupação pelos processos escolares, pouco a pouco, tem-se afirmado e algumas instituições de países como o Peru, Chile, México, Uruguai e Brasil, têm desenvolvido trabalhos especialmente interessantes nesta perspectiva.

Qual o horizonte de sentido da educação em Direitos Humanos?

... hoje é importante reforçar três dimensões da educação em Direitos Humanos. A primeira diz respeito à formação de sujeitos de direitos. A maior parte dos/as cidadãos/as latino-americanos/as tem pouca consciência de que são sujeitos de direitos. Esta consciência é muito débil, as pessoas - inclusive por ter a cultura brasileira um caráter paternalista e autoritário - acham que os direitos são dádivas. Por exemplo, expressões como "o patrão é bom porque me deu férias", exprimam essa posição; as férias viram uma questão de "generosidade" e não de direito. Os processos de educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direitos, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas.

Outro elemento fundamental na educação em Direitos Humanos é favorecer o processo de "empoderamento" ("empowerment"), principalmente orientado aos atores sociais que, historicamente, tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menos capacidade de influir nas decisões e nos processos coletivos. O "empoderamento" começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O "empoderamento" tem, também, uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc., favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.

O terceiro elemento diz respeito aos processos de mudança, de transformação, necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas.

Um dos componentes fundamentais destes processos se relaciona a "educar para o nunca mais", para resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países. Somente assim é possível construir a identidade de um povo, de sua pluralidade de suas etnias e culturas. Estes três componentes: formar sujeitos de direito, favorecer processos de empoderamento e educar para o "nunca mais", constituem hoje o horizonte de sentido da educação em Direitos Humanos.

Quanto às estratégias metodológicas a serem utilizadas na educação em Direitos Humanos, estas têm de estar em coerência com as finalidades acima assinaladas o que supõe a utilização de metodologias ativas, participativas, de diferentes linguagens. Exigem, no caso da educação formal, a construção de uma cultura escolar diferente, que supere as estratégias puramente frontais e expositivas, assim como a produção de materiais adequados, que promovam interação entre o saber sistematizado sobre Direitos Humanos e o saber socialmente produzido. Devem ter como referência fundamental a realidade e trabalhar diferentes dimensões dos processos educativos e do cotidiano escolar, favorecendo que a cultura dos Direitos Humanos penetre em todo o processo educativo.

Trata-se, portanto, de transformar mentalidades, atitudes, comportamentos, dinâmicas organizacionais e práticas cotidianas dos diferentes atores sociais e das instituições educativas. É importante, também, assinalar que contextos específicos necessitam também de abordagens específicas. Isto é, não se trabalha da mesma maneira na universidade, numa sala de Ensino Fundamental ou Médio, com o movimento de mulheres, com Promotores Populares etc. No entanto, o enfoque metodológico deve sempre privilegiar estratégias ativas que estimulem processos que articulem teoria e prática, elementos cognitivos, afetivos e envolvimento em práticas sociais concretas.

Não é difícil promover eventos, situações esporádicas, introduzir alguns temas relacionados com os Direitos Humanos. O difícil é promover processos de formação que trabalhem em profundidade e favoreçam a constituição de sujeitos e atores sociais, no nível pessoal e coletivo.

Quando pode ser considerada uma experiência como promotora dos Direitos Humanos na escola ou fora dela? Quais seriam os indicadores que a especificam? Que estratégias metodológicas devem ser privilegiadas? Estas são questões importantes sobre as quais devemos continuamente refletir.

Facilmente falamos de metodologias quando elas têm muitos pressupostos, supõe uma concepção de aprendizagem, de educação, de educar em Direitos Humanos. O importante é não dissociar a abordagem metodológica das finalidades que se persegue nos processos de educação em Direitos Humanos.

... ainda é tímida a introdução da temática dos Direitos Humanos na formação de professores e educadores em geral, na formação inicial e continuada. Poucas são as organizações que trabalham sistematicamente nesta perspectiva. No entanto, trata-se de uma questão urgente, se queremos colaborar para a construção de uma cultura dos direitos humanos, que penetre as diferentes práticas sociais. Buscar estratégias, nesta perspectiva, é fundamental.

... não se pode conceber o papel de educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente pelo ensino das diferentes áreas curriculares e por funções de normatização e disciplinamento. Os professores e professoras são profissionais e cidadãos, mobilizadores de processos sociais e grupais de natureza cultural e social. Somente nesta ótica poderão ser promotores de uma educação em Direitos Humanos.

¹ Este texto integra o livro Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos, organizado por Rosa Maria Godoy Silveira, et al. (João Pessoa: Editora Universitária, 2007). Nele mais de 20 autores/as que se dedicam a refletir sobre "os caminhos necessários para superar as barreiras da universalização dos direitos humanos". ARENDT, Hannah. Origem do totalitarismo: Anti-semitismo, autoritarismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Datas Significativas

Julho

01 - Dia da Cidadania
Uma data para ocupar cada dia primeiro de todos os meses, simbolizando que cidadania é - em cada gesto, cada atitude - exercício cotidiano.

09 - Dia da Juventude

13 - Dia da Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)

17 - Dia de Proteção às Florestas

20 - Dia do Amigo e Internacional da Amizade

"Cada vez mais eu tenho certeza de que sou capaz de mudar a sociedade... Eu tenho certeza de que é possível mudar, eu tenho tentado mudar, estou fazendo a minha parte nessa mudança e o objetivo vai ser alcançado."
(Edson Santos)

Participe

No dia 16 de agosto, das 9h às 13h, na sede da Novamerica (endereço na página 6), a gente finalmente se reúne. Conosco estarão Isabel Lélis (Puc-Rio), Gaudêncio Frigotto (UERJ) e José Marcelino Rezende Pinto (USP-Ribeirão Preto), liderando a Mesa Redonda "Educação Brasileira em Debate". Participe. Para que este esperado encontro tenha a qualidade e o alcance que desejamos, sua presença é indispensável.

Apresentação

Este boletim, cujas páginas (ampliadas) da "Sala de aula em movimento" são inteiramente dedicadas aos "movimentos" que estão animando as escolas, traz um significativo sinal. Educadores/as assumem, cada vez mais, que o trabalho pedagógico com/para os direitos humanos é um processo, é tarefa sistemática, integrante da formação de alunos e alunas como sujeitos de direitos.

São colegas que estão em sintonia com Vera Maria Candau cujo texto - Para refletir - reforça que é imprescindível "trabalhar diferentes dimensões dos processos educativos e do cotidiano escolar, favorecendo que a cultura dos Direitos Humanos penetre em todo o processo educativo".

As experiências publicadas põem em pauta a DUDDH, o direito à saúde, a construção da paz nas escolas pela via do relacionamento solidário e cortês e, a maioria, privilegia, exclusiva ou concomitantemente, o direito ao meio ambiente sadio. Este último recebeu, no que diz respeito à preservação da água, uma surpreendente ilustração de Rômulo Machado (professora Eliete, CIEP 180, São João de Meriti). Com seu jeito muito especial de ser "especial", declara junto a um recorte do Saci Pererê: "a água poderá virar lenda".

Como se pode constatar, todos/as os/as autores deste boletim apostam na possibilidade de mudança, assumindo a sua parte para que ela aconteça. Assim como o companheiro Edson que escreve a frase síntese deste boletim.

Os encontros marcados anunciados no boletim passado, lamentavelmente tiveram que ser adiados. Mas estamos marcando outro. Confira no participe e, não falte. Será nossa grande oportunidade de estar junto, bem no início do segundo semestre, para refletir, debater e renovar coletivamente energias para a etapa final do ano letivo. E, por saudável "vício", celebrar!

A equipe

TECER A CIDADANIA, CONSTRUIR O COLETIVO, AFIRMAR OS DDHH